



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

COMITÊ DE GESTÃO JUDICIÁRIA

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

2021

1. IDENTIFICAÇÃO

Data / Hora / Local da Reunião:

08/12/2021 às 17h00, através de videoconferência, utilizando-se a ferramenta Zoom.

Pauta / Finalidade:

- 1- Acompanhamento dos dados estatísticos do ATENA;
- 2- Inconsistências no PJe surgidas após migração da nova versão 2.1;
- 3- Melhorias do PJe: Plataforma de utilização para gravação de audiências.

Participantes:

Secretária Judiciária / Presidente do Comitê – Danielle Cidade Morgado Maemura

Secretária da Corregedoria Regional Eleitoral – Monica Miranda Gama Monteiro

Coordenadora Processual – Daniela Nunes Pinheiro

Coordenador de Sessões – André Pereira Souto

Coordenador de Contas Eleitorais e Partidárias – Eva Maria Cruz Novinski, em exercício

Coordenadora de Fiscalização e Regularização – Vanessa Piovezan Scholz Bravo

Coordenador de Cadastro Eleitoral – Guilherme Babora do Carvalhal

Oficial de Gabinete de Apoio Técnico – Lara Matschinske Bastos de Barros

Chefe da 66ª Zona Eleitoral – Patrícia Gasparro Sevilha Greco

Secretário de Planejamento Estratégico e de Eleições – Diogo Sguissardi Margarida, em exercício

Secretária de Tecnologia e Informação – Desiree Hernandez Mausbach Ricco, em exercício

Assessoria Jurídica da Presidência – Rachel Diogenes Ramina Rezler

Chefe da Seção de Estatísticas e Sistemas Processuais – Jebneel Szrajia

2. DEBATE

Itens 1 da pauta: Acompanhamento dos dados estatísticos do ATENA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

A Presidente do Comitê de Gestão Judiciária, Danielle Cidade Morgado Maemura, abriu a reunião. O Secretário de Planejamento Estratégico e de Eleições – Diogo Sguissardi Margarida, em exercício, salientou que o prazo de recurso para o CNJ com relação ao Prêmio, encerra-se no dia 13 de dezembro de 2021. Informou, também, que os números de processos pendentes estão diminuindo no 1º grau. Em relação ao 2º grau, há processos pendentes de julgamento. Alertou que o Datajud estará visível e será possível o acompanhamento deles pelo Sistema BI. Ressaltou a preocupação com as metas e os dados no CNJ. A Presidente do Comitê de Gestão Judiciária, Danielle Cidade Morgado Maemura esclareceu que os processos são da Secretaria e estão pendentes por inconsistência do sistema, e que há processos parados, cuja situação não era do conhecimento da Secretaria, por erro no fluxo. Argumentou, ainda, estar atenta sobre as falhas do PJe e que o BI é um novo sistema que ajudará na verificação e acompanhamento. A Coordenadora de Fiscalização e Regularização – Vanessa Piovezan Scholz Bravo destacou que houve reunião entre os Regionais Eleitorais e divulgada pelo Grupo Nacional de Estatística. Foi relatado acerca da duplicação, triplicação e até mais vezes, de processos, nas perguntas do glossário de metas que envolvem os processos suspensos. Analisou processo a processo para a correção da meta 2 no 1º grau. Vê a necessidade de se fazer o procedimento da *task*, que será realizada mensalmente pela TI, a qual corrige situações, lançando-se o movimento 12067 logo após o movimento 849. Se o processo não contiver o movimento 849 a *task* não funcionará, demandando lançamento manual no Temis. Quanto ao recurso, manifestou-se favorável. O Secretário de Planejamento Estratégico e de Eleições – Diogo Sguissardi Margarida, em exercício, salientou que a meta 2 está cumprida e a meta 1 contém aproximadamente 1800 processos no 2º grau e 44.000 no 1º grau.

Itens 2 da pauta: Inconsistências no PJe surgidas após migração da nova versão 2.1

A Presidente do Comitê de Gestão Judiciária, Danielle Cidade Morgado Maemura noticiou que a mudança de versão ocorrida no PJe do 2º grau é preocupante. Os processos estão chegando nas Zonas “embaralhados”. Igualmente do TSE para o TRE. Verificou a necessidade de registrar as falhas do PJE na presente reunião. Ainda, relatou dificuldade na remessa de processos, principalmente os migrados. Alguns processos que foram remetidos ficaram mais de 35 dias parados, porque não estavam na tarefa correta. A Secretária de Tecnologia e Informação – Desiree Hernandez Mausbach Ricco, em exercício, manifestou e disse tratar-se de erro gravíssimo. A Secretária da Corregedoria Regional Eleitoral – Monica Miranda Gama Monteiro sugeriu que seja levado o tema para o Conselho de Governança para conhecimento. A Secretária de Tecnologia e Informação – Desiree Hernandez Mausbach Ricco, em exercício, sugeriu oficial ao TSE. O Chefe da Seção de Estatísticas e Sistemas Processuais – Jebneel Szrajia informou que a nova tabela da TPU foi encaminhada para todas as Zonas e reforçou o problema de remessa no 2º grau e a preocupação com os processos encaminhados, mas não recebidos pela Zona. A Presidente do Comitê de Gestão Judiciária, Danielle Cidade Morgado Maemura informou que o BI é instrumento de utilização trazendo o retrato do momento e a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

tarifa respectiva com o número de processos que são devolvidos, mas não consta o período em que o processo foi remetido. A tarefa “Recebido de Outra Instância” não está ativada. Noticiou a remessa de 53 processos pelo TSE dos quais não se tinha o conhecimento da devolução, porque não estavam localizados nas tarefas corretas. A Secretária da Corregedoria Regional Eleitoral – Monica Miranda Gama Monteiro questionou acerca da quantidade de processos que são remetidos e dão problema, e a possibilidade de aviso às Zonas da remessa e a forma de comunicação. A Chefe da 66ª Zona Eleitoral – Patrícia Gasparro Sevilha Greco sugeriu que a Zona poderia monitorar os processos depois do encaminhamento do e-mail com o acórdão. A Assessora Jurídica da Presidência – Rachel Diogenes Ramina Rezler sugeriu o acompanhamento pelo Push. A Presidente do Comitê de Gestão Judiciária, Danielle Cidade Morgado Maemura sugeriu duplo fator de controle: pelo sistema BI, e as Zonas, após o recebimento do e-mail com o acórdão. A Coordenadora Processual – Daniela Nunes Pinheiro enfatizou que a sugestão da Patrícia e da Raquel talvez solucionasse o problema de monitoramento de remessa de processos às Zonas. A Assessora Jurídica da Presidência – Rachel Diogenes Ramina Rezler informou que também está encontrando problemas no PJe. A Coordenadora de Fiscalização e Regularização – Vanessa Piovezan Scholz Bravo salienta que nos processos da Corregedoria também acontece o embaralhamento. A Chefe da 66ª Zona Eleitoral – Patrícia Gasparro Sevilha Greco anunciou problemas com a assinatura de documentos, que quando assinados, aparecem na árvore com publicação que não foi feita. Alertou que os problemas no PJe estão ocorrendo em todos os níveis. O Chefe da Seção de Estatísticas e Sistemas Processuais – Jebneel Szrajia mencionou o PAD referente aos perfis dos servidores do 1º grau. A Secretária de Tecnologia e Informação – Desiree Hernandez Mausbach Ricco, em exercício, solicitou o número do PAD mencionado pelo Jebneel, PAD 11. 799/2021. A Presidente do Comitê de Gestão Judiciária, Danielle Cidade Morgado Maemura acatou a sugestão da Secretária da Corregedoria Regional Eleitoral – Monica Miranda Gama Monteiro, no que se refere à problemática ocorrida com a nova versão do PJE, e irá relatar ao Conselho de Governança. A Secretária da Corregedoria Regional Eleitoral – Monica Miranda Gama Monteiro menciona o PAD 13724/2019, que trata das inconsistências do 1º grau para fins de informação ao TSE. A Assessora Jurídica da Presidência – Rachel Diogenes Ramina Rezler noticia que o PAD está na assessoria da Presidência e que o título do PAD pode ser alterado e ser utilizado pelo PJE 2º grau. A Presidente do Comitê de Gestão Judiciária, Danielle Cidade Morgado Maemura elencou ainda outros problemas: a dificuldade dos registros dos recursos de Embargos de Declaração e de Agravo, tendo em vista que não se consegue inserir parte e advogados, ficando incompletos; lançamento automático de inúmeras etiquetas nos feitos a serem arquivados; os recursos vinculados por prevenção a feitos de competência originária não podem ser remetidos pela tarefa "devolver a origem", adotando solução de contorno pela tarefa a outra instância, que enseja uma mini-autuação (possível impacto nas metas); a não distribuição durante o período que antecede o término do mandato tem gerado inconsistências quando da publicação das decisões proferidas pelo magistrado neste período e finalmente, relatou inúmeros casos em que a PRE aventa a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

intempestividade do recurso face à falta de certificação nos autos, e baseando-se na árvore de tramitação, a qual, na maioria das vezes, não reflete a realidade.

Itens 3 da pauta: Melhorias do PJe: Plataforma de utilização para gravação de audiências:

A Chefe da 66ª Zona Eleitoral – Patrícia Gasparro Sevilha Greco evidenciou que as audiências são realizadas pelo Zoom com muitas dificuldades para os magistrados que não possuem essa plataforma. Questionou a possibilidade de gravação das audiências pela plataforma MEET. A Secretária de Tecnologia e Informação – Desiree Hernandez Mausbach Ricco, em exercício, informou a contratação da plataforma GOOGLE MEET para a realização das audiências a partir de janeiro.

3. DELIBERAÇÕES / ENCAMINHAMENTOS

- 1) Levar ao conhecimento do Conselho de Governança e ao TSE, os problemas ocorridos no PJE após a migração da nova versão e o lançamento das informações no PAD 13724/2019.
- 2) Oficiar ao CNJ acerca dos casos da parametrização da variável dos processos suspensos.

4. ENCERRAMENTO

Eu, Simone Rupp Baldessar, Chefe de Gabinete da Secretaria Judiciária em exercício, lavrei a presente ata, que é assinada por mim.

Nome

Cargo ou Lotação